

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.924 - RS (2019/0313102-4)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE -RS
RECORRIDO : CARLOS JORGE COSTA DOS SANTOS
ADVOGADO : HENRIQUE GIUSTI MOREIRA - RS056449

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense-RS** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 199):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. LEI Nº 12.772/2012. RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS. RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO. PARIDADE. POSSIBILIDADE.

1. Tratando-se de servidor público aposentado com direito à paridade, uma vez instituída parcela remuneratória de caráter permanente e que leva em consideração a experiência profissional e a titulação verificadas até a data da aposentadoria, a ele deve ser garantido o direito ao exame do pedido de avaliação administrativa para fins de obtenção da respectiva verba em paridade com os demais servidores.

2. Parcialmente providas a apelação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulriograndense e a remessa necessária.

Os embargos declaratórios foram parcialmente providos para fins de prequestionamento (fls. 233/243).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 534, 535 e 1.022 do CPC/15 e 7º, 17, 18 e 35 da Lei n.º 12.772/2012. Sustenta, em resumo, tese de negativa de prestação jurisdicional, bem como que "*não há direito adquirido a regime jurídico, com o que impossível estender a aposentados e a pensionistas vantagem decorrente de reestruturação de servidores ativos*" (fl. 255).

Defende que "*não há amparo legal para concessão de RSC a servidores*

Superior Tribunal de Justiça

aposentados, uma vez que isso ensejaria a concessão duplicada de RT após a aposentadoria, o que está em confronto com a própria natureza da parcela na forma como percebida pelos servidores públicos da ativa, na forma da Lei nº 12.772/12" (fl. 256).

Assevera que "a Lei nº 12.772/2012 não possui como destinatários os servidores aposentados e pensionistas como o caso da parte recorrida. Não existe, para os aposentados e pensionistas, como a ora demandante, norma garantidora do reenquadramento de acordo com o tempo de doutoramento de cada um, pois o caput do artigo 35 da Lei n.º 12.772/2012 deixa claro que o reposicionamento é para os **TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR** do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos" (fl. 259).

Por fim, alega que, "no caso, foi mantida a sentença inclusive no ponto em que determinou que o pagamento das parcelas atrasadas deveria se dar na via administrativa, contra o que se insurgiu o Instituto. Todavia, a decisão, além de ignorar a letra do art. 100 e seus §§ 3º, 4º, 5º e 6º da CF/88, viola a literalidade dos arts 534 e 535 do CPC . As previsões citadas a respeito de pagamentos judiciais da Fazenda Pública têm o objetivo de permitir o planejamento orçamentário e garantir a satisfação do credor ao mesmo tempo. Trata-se de opção constitucional, não podendo ser afastada pelo Judiciário ou pelo Executivo." (fl. 263).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação merece prosperar.

A pretensão recursal merece acolhida, pois a parte recorrente, nas razões aduzidas nos embargos declaratórios (fls. 216/225), pugnou pelo enfrentamento da seguinte questão: "no caso, a sentença determinou que o pagamento das parcelas atrasadas deveria se dar na via administrativa, contra o que se insurgiu o Instituto. Tendo em vista que o acórdão não é claro quanto ao ponto, pairando obscuridade, requer seja feito esclarecimento sobre a reforma da sentença quanto à questão. Nestes termos foi a apelação: [...] " (fl. 217).

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, observa-se que o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, quedou-se silente sobre argumentações que se mostram relevantes para o deslinde da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão que apreciou os embargos de declaração e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o expresse enfrentamento da questão aqui tida por obscura.

Publique-se.

Brasília, 05 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

